

de direita presentes ao longo da história do Brasil. Dentre os mais notórios de nossa história, cabe mencionar o movimento integralista de 1932, dirigido por Plínio Salgado e fortemente alinhado aos valores do fascismo italiano. Já em 1964, temos a série de manifestações conhecidas como Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que se opunha às medidas de João Goulart e defendia sua derrubada, dando suporte social para o golpe empreendido naquele ano.

Mais recentemente, são inúmeros os movimentos que ganharam notoriedade defendendo pautas de direita em oposição aos governos petistas. Nas manifestações de 2013 e de 2015, grupos como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua emergiram das redes sociais para se consolidarem como organizações com atuação contínua e, não raro, financiada por empresários ou partidos de direita. Como tende a ocorrer nos quadros dos movimentos sociais, parte de suas lideranças nessas manifestações logrou eleger-se a cargos eletivos, a exemplo de Kim Kataguiri (DEM) e Carla Zambelli (PSL), esta última fortemente alinhada ao presidente Bolsonaro.

Observada pelos conflitos entre diferentes grupos, nota-se que a sociedade civil é plural e comporta a diversidade de posições ideológicas presente na sociedade. Quer dizer, o uso do termo ativismo ou ativista aplicado somente aos grupos opositores do governo simplifica e distorce a realidade, de modo a negar a existência de controvérsia legítima. A lógica bolsonarista opera assim uma falsa oposição: “o povo *versus* os ativistas”. De um lado, estariam aqueles “patriotas” que apoiam o governo e que supostamente encarnariam o povo. De outro lado, estariam os “ativistas”, como se o termo fosse adequado apenas a pessoas e grupos de esquerda. Nessa lógica, os militantes

e mobilizações bolsonaristas não seriam ativistas. O apagamento das diferenças de opiniões na sociedade civil, que forja uma falsa unidade em torno de valores pretensamente patrióticos, se constitui assim como um elemento chave de uma retórica iliberal, negacionista e antidemocrática.

LEIA MAIS

ABERS, R. N. “Os movimentos sociais e o ativismo no governo Bolsonaro.” *Nexo Jornal*, [S. l.], 30 jun. 2019. Debate. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2019/os-movimentos-sociais-e-o-ativismo-no-governo-Bolsonaro>>. Acesso em: 27 set. 2021.

DAGNINO, E. “Civil society in Latin America.” In: EDWARDS, M. (Org.). *The Oxford handbook of civil society*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. “Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate.” *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157–187, abr. 2015. Artigos. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641581>. Acesso em: 27 set. 2021.

ROCHA, C. *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018)*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo, 5 fev. 2019.

CONFIRA

PANDEMIA NO BRASIL (GESTÃO DA)

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

POLÍTICA

AUSTERIDADE

Gustavo Onto *

Austeridade, ou austeridade fiscal, é uma agenda governamental de políticas ou medidas econômicas que prescreve a prática voluntária de restrição fiscal ou orçamentária governamental. Tal agenda supõe que a disciplina fiscal promove



* Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

maior confiança dos agentes econômicos, isto é, de investidores e empresários, em relação ao futuro da economia de um país. A criação dessa confiança seria, por sua vez, revertida em maiores investimentos privados, solucionando problemas de crescente endividamento e baixo crescimento de economias nacionais. De acordo com defensores dessa agenda, o reequilíbrio dos gastos públicos, chamado de “ajuste” ou “consolidação fiscal”, aumentaria a confiança, pois o governo deixaria de emitir títulos de dívida para fazer novos gastos. Essas dívidas atraem capitais privados que poderiam estar direcionados para investimentos mais produtivos.

Associada ao nome do economista italiano Alberto Alesina, a tese da austeridade expansionista tem sido promovida na prática em diversos países nos últimos anos e defendida como ideia por economistas de viés mais liberal. Entretanto, os alegados benefícios de uma rígida política fiscal não têm qualquer comprovação empírica ou histórica sólida, mesmo em países com altas taxas de endividamento público. Pelo contrário, as experiências recentes de políticas de austeridade têm resultado em crises ainda maiores do que aquelas que tentavam evitar, com aumento da dívida pública e dos juros, bem como queda nas taxas de emprego e do produto interno bruto. O corte de gastos públicos tende a pressionar a renda da população, especialmente aquela mais carente de serviços governamentais, fazendo com que a economia como um todo se retraia.

A defesa imperativa de redução dos gastos governamentais permanece sendo uma ideologia que resiste aos fatos, como notou Mark Blyth. Desde o século 17, pensadores liberais têm utilizado argumento de contenção da dívida pública ou dos déficits fiscais para defender interesses sociais particulares e para impedir o crescimento do papel do Estado, seja como provedor de

serviços para a população ou como interventor direto para o desenvolvimento das economias nacionais. A política de austeridade beneficia diretamente os empresários em detrimento dos trabalhadores. Com a redução ou não implementação de direitos trabalhistas, promovida pela ideia de austeridade, a força de trabalho se fragiliza na negociação com os empregadores.

Mais recentemente, com a ascensão do neoliberalismo, as teses da austeridade têm dado suporte intelectual ao desmonte do Estado de bem-estar social, sob o argumento de que este teria ocasionado crises das dívidas soberanas. Na realidade, a crise da dívida pública de países, tanto do Norte como do Sul global, é uma consequência da transformação das relações de endividamento. Com a maior financeirização da economia internacional a partir do fim dos anos 1980, a dívida pública deixou de ser um compromisso com a cidadania e passou a representar uma relação financeira com bancos comerciais e outras instituições privadas. Como diz a antropóloga Laura Bear em seu trabalho etnográfico *Navigating austerity: Currents of debt along a South Asian river*, a dívida pública tornou-se um “fato matemático”, ocultando da opinião pública a discussão política sobre suas causas e consequências, bem como as relações sociais que a sustentam. Por essa razão, o crescimento da dívida pública em diversos países, independentemente do motivo, tem servido de justificativa para políticas de austeridade.

Isso foi o que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa recentemente, depois da crise financeira de 2008. O colapso do mercado hipotecário norte-americano, produzido pelas ações pouco cautelosas dos próprios agentes financeiros, gerou a necessidade de um amplo pacote de recuperação sustentado pelo governo. Esse volume enorme de recursos, necessário para manter o funcionamento de bancos e outras insti-

tuições financeiras, foi custeado por todos os cidadãos, independente de sua responsabilidade. Essa mesma coletivização dos prejuízos também aconteceu na Europa. A enorme crise bancária, em 2010, deu lugar a dívidas nacionais que têm sido pagas por toda a população indiscriminadamente.

Além da clara injustiça de obrigar que todos paguem por uma dívida que não foi de sua fabricação, a exigência e a eficácia do pagamento podem ser questionadas. Em primeiro lugar, os gastos públicos sustentam direta e indiretamente rendas familiares, gerando empregos e produzindo demanda para bens e serviços. Ao reduzir esses gastos, o governo arrecada menos impostos no futuro e acaba por obter menos recursos para o pagamento das dívidas. Criticando a tese da austeridade expansionista, o Nobel de economia Paul Krugman garante que não é a “fada da confiança” que gera maior crescimento econômico. A confiança não é produto do corte orçamentário, mas da percepção pelos empresários de uma demanda crescente, que pode ocorrer exatamente pelo aumento dos gastos públicos. Além disso, o tamanho da dívida pública não é necessariamente sinônimo de desastre econômico, como comprovado por vários países altamente endividados. Como explica a economista Stephanie Kelton no livro *The Deficit Myth*, para assegurar a credibilidade da política econômica é importante a transmissão de uma previsibilidade de estabilização da relação entre dívida pública e crescimento econômico, mesmo quando a dívida continua numa trajetória ascendente no curto-prazo. A exigência de um equilíbrio orçamentário em qualquer circunstância e a qualquer custo social é um profundo equívoco.

O modo como é adotada a agenda de austeridade difere bastante entre os países, mas não em suas consequências sociais. As reformas econômicas implementadas den-

tro desse tipo de programa sempre afetam desproporcionalmente populações mais vulneráveis, mais dependentes dos gastos públicos. A restrição orçamentária prejudica programas de transferência de renda e a qualidade dos serviços públicos em saúde e educação, por exemplo, contribuindo para agravar desigualdades de renda, de gênero e de raça. Ao buscar reduzir o papel do Estado a um mínimo e cortar custos, as políticas de austeridade também estimulam relações de trabalho precárias e deixam de lado infraestruturas públicas essenciais, como redes de saneamento, de energia elétrica e de transporte. A privatização de empresas públicas acaba por ser apresentada, equivocadamente, como solução inevitável. No fundo, apenas mais um efeito perverso da política de austeridade e de seu fomento ao desmantelamento da capacidade estatal.

Por um breve período, a pandemia do coronavírus parecia ter dado fim à agenda de austeridade que ressurgiu com força no Brasil após a crise econômica de 2013. Formou-se uma espécie de consenso entre economistas de que todo gasto em leitos hospitalares, vacinas e auxílios financeiros era pouco para evitar um colapso social. Os problemas da dívida pública e de ajuste fiscal, antes tratados como urgentes pelo governo, agora representavam questões menores. Porém, assim que o orçamento do governo foi ajustado para que fosse possível implementar as medidas emergenciais, surgiram preocupações sobre quem pagaria por toda a despesa excedente de recursos não planejada. Em pouco tempo, os supostos excessos dos valores dos auxílios geraram demandas por um controle maior dos gastos. É importante lembrar que, antes da pandemia, as medidas de austeridade justificavam-se, no Brasil, também pelos ditos excessos, dessa vez cometidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Por vezes a justificativa ia além, com a alegação de

que o corte de gastos era necessário devido às exageradas garantias e direitos da Constituição de 1988, que, segundo seus críticos, “não caberiam no Orçamento”.

Esse discurso moral é típico das políticas de austeridade. Em tal discurso, deveríamos pagar por supostos gastos desmedidos de um período anterior. Esse tom moral é parte importante da capacidade persuasiva dos apelos à austeridade. Há uma longa trajetória em nossa cultura de crítica ao consumo imoderado e ao endividamento. Na Antiguidade, a austeridade era um valor entre romanos, que censuravam a necessidade de luxos em nome da autossuficiência da unidade doméstica. O endividamento exagerado, por exemplo, era passível de punição carcerária no início da Revolução Industrial. Não é por acaso que governos recentes adeptos a políticas de austeridade argumentam que devemos cuidar das finanças estatais como cuidamos das finanças domésticas, com disciplina e parcimônia. Buscam legitimar cortes de gastos com base em nossa concepção formada sobre os “pecados” dos excessos e das dívidas.

Essa analogia, entretanto, é enganosa. Ela simplifica o governo das finanças públicas como se fosse apenas um tipo particular de orçamento doméstico. Se há um

limite claro para os gastos na nossa casa, ele é bem mais flexível no governo da economia nacional, como a própria pandemia tornou evidente. A política fiscal não é uma ciência exata, mas sim uma decisão política sobre quanto e como gastar o dinheiro público. E por isso deve ser objeto de ampla discussão e análise pública. A agenda de austeridade tende a restringir essa discussão a falsas analogias e a preconceitos morais, como se se tratasse de decisões puramente matemáticas. O apelo à austeridade representa, por isso, um retrocesso democrático.

LEIA MAIS

BEAR, L. *Navigating austerity: Currents of debt along a South Asian River*. Stanford: Stanford University Press, 2015. 264 p.

BLYTH, M. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Tradução: Freitas e Silva. 2 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 334 p.

KELTON, S. *The Deficit Myth: Modern Monetary Theory and the Birth of the People's Economy*. New York: PublicAffairs, 2020. 272 p.

CONFIRA

ECONOMIA

NEOLIBERALISMO

REACIONARISMO

© 2022 José Szwako e José Luiz Ratton (Organizadores)

Direitos reservados à
Companhia Editora de Pernambuco – Cepe
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
CEP 50100-140 – Recife – PE
Fone: (81) 3183-2700

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dicionário dos negacionismos no Brasil /
[organização José Szwako, José Luiz Ratton]. --
Recife : Cepe, 2022.

ISBN 978-85-7858-935-6

1. Ciências sociais 2. Ensaio brasileiro –
Coletâneas 3. Ensaio – História e crítica
4. Negacionismo I. Szwako, José. II. Ratton, José
Luiz.

22-105866

CDD-080

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensaio : Coletâneas : Literatura 080

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Impresso no Brasil 2022
Foi feito o depósito legal

• ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS • AGRONEGÓCIO E AGROTÓXICOS • ÁGUA • AIDS • AMAZÔNIA • AMÉRICA LATINA • ANISTIA • ANTIGÊNERO • ANTI-INTELECTUALISMO • ANTROPOCENO • ANVISA • ARTES AUDIOVISUAIS • ATIVISMOS (ATAQUES AOS) • AUSTERIDADE • BOLSONARISMO • BOLSONARO • BRUNO LATOUR • CASO AGAMBEN • CHINA • CINEMA • CLÍNICA MÉDICA • COMITÊ CIENTÍFICO DA COVID-19 (NORDESTE) • COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA • CONSPIRITUALIDADE • CONSTITUCIONALISMO (ANTI) • CULTURA • DESAPARECIMENTO • DESIGN INTELIGENTE • DESIGUALDADE • DESIGUALDADE E INTERSECCIONALIDADE • DESINFORMAÇÃO • DESREGULAMENTAÇÃO DAS ARMAS DE FOGO • DITADURA • DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA • DROGAS • ECONOMIA • ESCOLA SEM PARTIDO • EXPLORAÇÃO SEXUAL E PROSTITUIÇÃO • FACT-CHECKING • FAKE NEWS • FALSEABILIDADE • FASCISMO • FIOCRUZ • FUNDAMENTALISMOS • GENOCÍDIO • GLOBALISMO • GRIPE ESPANHOLA • GUERRAS CULTURAIS • GUERRAS DA CIÊNCIA • IBGE • IMPRENSA NEGACIONISTA • INTERNET • LAWFARE • MASCULINIDADE • MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS • MERITOCRACIA • MÍDIA • MILÍCIAS • MÚSICA POPULAR BRASILEIRA • NECROPOLÍTICA • NEGACIONISMO • NEGACIONISMO CIENTÍFICO • NEGACIONISMO CLIMÁTICO • NEGACIONISMO DEPENDENTE • NEGACIONISMO ESTATÍSTICO • NEGACIONISMO ESTRUTURAL • NEGACIONISMO HISTÓRICO • NEOLIBERALISMO • NILISMO • OLAVO DE CARVALHO • ORESKES, NAOMI • PANDEMIA DA COVID-19 • PANDEMIA NO BRASIL (GESTÃO DA) • PÂNICO MORAIIS • PARTICIPAÇÃO SOCIAL • PAULO FREIRE • PENSAMENTO CONSERVADOR • POLÍTICA • POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS • POPULISMO CIENTÍFICO • POPULISMO DIGITAL • POPULISMO SANITÁRIO • PÓS-VERDADE • PSEUDOCIÊNCIA • QUEER • QUESTÃO INDÍGENA • RACISMO ESTRUTURAL • RACISMO REVERSO • REACIONARISMO • REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS • RELATIVISMO • RELIGIÃO • RESSENTIMENTO • REVISIONISMOS E CRIMES CONTRA A HISTÓRIA • REVOLTA DA VACINA • SBPC • SINDEMIA • SLEEPING GIANTS • SUS • TECNOLOGIA • TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO • TERRAPLANISMO • TORTURA • TRATAMENTO PRECOCE • TWITTER • UNIVERSIDADE • VACINAÇÃO • VIOLAÇÕES DE ESTADO • WHATSAPP • YOUTUBE • ZIKA •

ORGANIZADORES JOSÉ SZWAKO
JOSÉ LUIZ RATTON

DICIONÁRIO DOS NEGACIONISMOS NO BRASIL

Cepe
EDITORA